



- ESTATUTOS -

- estatutos aprovados no VIII Congresso, realizado a 4 de março de 2017 -

CAPÍTULO I

Da natureza e âmbito

Artigo 1.º

Denominação

A Associação dos Trabalhadores da Educação, do Estado e de Entidades com Fins Públicos, abreviadamente ATE, rege-se pelos presentes estatutos.

Artigo 2.º

Âmbito subjectivo

1 - A ATE desenvolve actividades próprias de uma organização sindical, bem como acções inerentes a uma associação de solidariedade social.

2 - A ATE integra todos os trabalhadores, qualquer que seja a natureza dos seus vínculos, das administrações públicas, directa e indirecta, do Estado, das regiões autónomas dos Açores e Madeira e das autarquias locais (institutos, empresas e fundações públicas), das associações de municípios, do sector empresarial do Estado e das regiões autónomas, das empresas municipais e intermunicipais, das misericórdias, das instituições privadas de solidariedade social e das demais entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, de interesse ou capital públicos que a ela livremente adiram, quaisquer que sejam as suas funções ou categorias e qualquer que seja a natureza dos seus vínculos, com as restrições constantes dos presentes estatutos.

3 - O âmbito subjectivo definido no número anterior compreende os trabalhadores dos sectores diferenciados da educação, bem como aqueles que por estatutos para-públicos ou de serviço público se encontrem em vias de integração na Administração Pública ou nela tenham estado integrados.

4 - Estão também abrangidos pelo âmbito desta Associação os trabalhadores aposentados ou desligados do serviço para efeitos de aposentação.

Artigo 3.º

Âmbito geográfico

A ATE tem como âmbito geográfico o território nacional, sem prejuízo dos trabalhadores que, abrangidos pelo disposto no artigo 2.º, exerçam funções fora dele.

Artigo 4.º

Sede e secções

1 - A ATE tem a sua sede nacional na cidade do Porto, concelho de Porto.

2 - Em obediência ao princípio da descentralização, a ATE organiza-se em secções, nos termos dos presentes estatutos e do regulamento próprio aprovado pelo conselho geral.

CAPÍTULO II

Dos princípios fundamentais, dos fins e das competências

SECÇÃO I

Dos princípios fundamentais

Artigo 5.º

Autonomia

A ATE é uma associação autónoma, independente perante o Estado, os governos, as confissões religiosas ou quaisquer organizações de natureza político-partidária ou religiosa.

Artigo 6.º

Associativismo democrático

A ATE rege-se pelos princípios do associativismo democrático, baseado na eleição periódica e por escrutínio secreto dos órgãos estatutários e na participação activa dos trabalhadores associados em todos os aspectos da actividade socioprofissional.

Artigo 7.º

Direito de tendência

- 1 - É garantido a todos os associados o direito de tendência, nos termos previstos pelos presentes estatutos.
- 2 - Para efeito do disposto no número anterior, os trabalhadores associados poderão constituir-se, formalmente, em tendências, cujo reconhecimento e regulamentação são aprovados em congresso.
- 3 - A regulamentação referida no número anterior constitui anexo a estes estatutos, deles sendo parte integrante.

Artigo 8.º

Solidariedade socioprofissional

- 1 - A ATE lutará ao lado das organizações socioprofissionais democráticas, nacionais ou estrangeiras, pela emancipação dos trabalhadores da educação, através de um movimento associativo forte, livre e independente.
- 2 - Para a realização dos seus fins sociais estatutários pode, nomeadamente, a associação quer associar-se com outra quer filiar-se e participar em outras organizações socioprofissionais, nacionais ou internacionais, desde que comunguem dos princípios do associativismo democrático.

Artigo 9.º

Solidariedade democrática

- 1 - A ATE defende e participa activamente na construção da democracia política, social, cultural, educacional e económica.

2 - A ATE pauta a sua acção pela observância do Estado de Direito, no respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos direitos universais do homem.

3 - A ATE orienta a sua acção com vista à eliminação de todas as formas de exploração, alienação e opressão dos trabalhadores, defendendo a existência de uma organização socioprofissional livre e independente que exprima a unidade fundamental de todos os trabalhadores.

SECÇÃO II

Dos fins e competências

Artigo 10.º

Fins

A ATE não prossegue fins lucrativos e tem como atribuições:

- a) Fortalecer, pela sua acção, o movimento socioprofissional democrático;
- b) Defender os direitos e interesses dos seus associados;
- c) Apoiar e enquadrar pela forma julgada mais adequada e correcta as reivindicações dos trabalhadores da educação e definir as formas de luta aconselhadas para cada caso;
- d) Lutar pela democratização da educação, da economia, da sociedade e do estado;
- e) Defender e promover formas cooperativas de produção, distribuição, consumo e habitação, bem como outras formas de bem-estar pessoal e social para benefício dos seus associados;
- f) Defender o direito a um trabalho digno e à estabilidade no emprego;
- g) Defender as condições de vida dos trabalhadores da educação, visando a melhoria da sua qualidade;
- h) Pugnar pela igualdade entre os sexos, designadamente nas condições de acesso e promoção nas diferentes carreiras e na incumbência de missões e responsabilidades;
- i) Defender e promover a formação permanente e a reconversão e reciclagem profissionais;
- j) Defender os direitos da terceira idade e das suas condições de vida, particularmente no que respeita aos sócios aposentados;
- k) Lutar pela melhoria da protecção materno-infantil;
- l) Defender os interesses da mãe como trabalhadora;
- m) Defender o trabalhador-estudante;
- n) Promover a formação intelectual e socioprofissional dos seus associados, contribuindo para a sua maior consciencialização e realização humana, profissional e social;
- o) Alicerçar a solidariedade entre todos os trabalhadores da educação em geral e entre os seus associados em especial, desenvolvendo a sua consciência socioprofissional;
- p) Defender a justiça e a legalidade, designadamente nas nomeações e promoções dos trabalhadores da educação, lutando contra quaisquer formas de discriminação, nomeadamente de carácter político, religioso ou social;

- q) Defender a participação das organizações dos trabalhadores da educação na elaboração da legislação de trabalho;
- r) Defender a participação nos organismos de planificação económico-social e na gestão de organismos de carácter social.

Artigo 11.º

Competências

À ATE compete:

- a) Elaborar propostas negociais e negociar e celebrar acordos e convenções colectivas sobre as relações de trabalho e condições da sua prestação;
- b) Dar parecer sobre assuntos do seu âmbito e finalidades, a solicitação de outras associações ou de organismos ou entidades oficiais;
- c) Intervir na defesa dos seus associados em processos disciplinares contra eles instaurados;
- d) Prestar a assistência socioprofissional, jurídica e judicial de que os seus associados careçam no contexto das suas relações de trabalho e no exercício dos seus direitos socioprofissionais;
- e) Participar na elaboração da legislação de trabalho;
- f) Participar na gestão das organizações que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores da educação;
- g) Participar no controlo da execução dos planos económico-sociais;
- h) Declarar a greve e pôr-lhe termo;
- i) Desenvolver todas as acções necessárias para a prossecução das suas finalidades;
- j) Apoiar de um modo geral os seus associados com vista à melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

CAPÍTULO III

Dos associados

SECÇÃO I

Dos sócios

Artigo 12.º

Qualidade de sócio

Podem inscrever-se como sócios todos os trabalhadores abrangidos pelos critérios definidos nos artigos 2.º e 3.º.

Artigo 13.º

Pedido de inscrição

O pedido de inscrição é dirigido ao secretariado da ATE acompanhado do parecer do secretariado da secção respectiva.

Artigo 14.º

Consequências da inscrição

1 - O pedido de inscrição implica para o trabalhador a aceitação expressa dos princípios do associativismo democrático e da declaração de princípios e estatutos da ATE.

2- Com a inscrição, o trabalhador assume a qualidade de associado, com os direitos e deveres inerentes, nos termos dos presentes estatutos.

Artigo 15.º

Recusa de inscrição

1 - O secretariado pode recusar o pedido de inscrição ou cancelar a inscrição já efectivada se tiver fundadas razões sobre a falsidade dos elementos presentes para a sua formalização ou sobre a não conformidade do trabalhador com os princípios democráticos da ATE.

2 - Em caso de recusa ou cancelamento de inscrição, o secretariado comunicará por escrito ao trabalhador a sua decisão, devidamente fundamentada, podendo este recorrer de tal decisão para o conselho geral no prazo máximo de oito dias após a recepção da notificação da decisão do secretariado.

3 - O conselho geral proferirá deliberação sobre o recurso em última instância na primeira reunião posterior à data da sua recepção.

4 - O recurso da decisão do cancelamento da inscrição tem efeito suspensivo, não podendo, porém, o candidato eleger ou ser eleito na pendência da decisão.

Artigo 16.º

Direitos dos associados

São direitos dos associados:

- a) Eleger e ser eleito para os órgãos da ATE, nos termos dos presentes estatutos e dos regulamentos aplicáveis;
- b) Participar livremente em todas as actividades da ATE e suas iniciativas, com salvaguarda dos estatutos e dos direitos dos outros associados, exprimindo as suas opiniões sobre as questões de interesse colectivo dos associados;
- c) Beneficiar de todos os serviços organizados pela ATE na defesa dos seus interesses profissionais, económicos, sociais e culturais;
- d) Beneficiar do apoio jurídico e judicial, nos termos das alíneas c), d) e f) do artigo 11.º;

- e) Exercer o direito de tendência e de crítica, com observância das regras da democracia e sem quebra da força e coesão sindicais;
- f) Receber da ATE quantia igual aos vencimentos perdidos por virtude do desempenho de cargos associativos ou ainda, e dentro das disponibilidades existentes, por motivos decorrentes da sua acção socioprofissional;
- g) Informar-se e ser informado regularmente de toda a actividade da ATE;
- h) Utilizar as instalações da ATE para actividades socioprofissionais, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços e das disponibilidades existentes e com prévio conhecimento e autorização dos secretariados da associação ou das secções;
- i) Receber gratuitamente um exemplar dos estatutos;
- j) Recorrer para o conselho geral das decisões dos órgãos directivos que contrariem a lei, os presentes estatutos e regulamentos ou lesem alguns dos seus direitos.

Artigo 17.º

Deveres dos associados

São deveres dos associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir os estatutos e os regulamentos da ATE;
- b) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do congresso e dos demais órgãos da ATE, quando tomadas nos termos destes estatutos;
- c) Participar nas actividades socioprofissionais e desempenhar com zelo os cargos para que forem eleitos;
- d) Manter-se informados das actividades da ATE;
- e) Divulgar e fortalecer, pela sua acção junto dos demais trabalhadores, os princípios da ATE;
- f) Comunicar pontualmente à ATE todas as alterações ocorridas na sua situação pessoal ou socio-profissional;
- g) Pagar pontualmente a quota da ATE;
- h) Dinamizar a acção socioprofissional.

Artigo 18.º

Perda da qualidade de sócio

Perdem a qualidade de sócios os trabalhadores que;

- a) Comuniquem ao secretariado, por escrito, a vontade de se desvincularem da ATE;
- b) Deixem de pagar quotas por período superior a seis meses e que, depois de avisados para pagarem as quotas em atraso, o não tenham feito nos 30 dias subsequentes à recepção do aviso;
- c) Sejam notificados do cancelamento da sua inscrição;
- d) Tenham sido punidos com a medida disciplinar de expulsão.

Artigo 19.º

Readmissão

Os associados podem ser readmitidos, nas mesmas condições previstas para a admissão, salvo depois de expulsos, caso em que o pedido terá de ser apreciado e votado favoravelmente pelo conselho geral.

SECÇÃO II

Da quotização

Artigo 20.º

Valor da cobrança

- 1- A quotização mensal é fixada em conselho geral, expressamente convocado para o efeito, sob proposta do secretariado, numa base proporcional à remuneração.
- 2- A quotização dos aposentados não poderá ultrapassar, em percentagem, 50 % da dos trabalhadores no activo.
- 3- Incumbe à ATE a cobrança das quotas dos associados, salvo acordo com a entidade empregadora noutra fórmula diferente.

Artigo 21.º

Isenções

Estão isentos do pagamento de quotas os sócios que:

- a) Tenham os seus vencimentos suspensos por motivo de doença;
- b) Se encontrem a prestar serviço militar obrigatório;
- c) Se encontrem desempregados compassivamente, até à resolução do litígio em última instância;
- d) Se encontrem com os vencimentos suspensos por motivo de actuação legítima como sócios da ATE na defesa dos seus princípios e objectivos.
- e) Se o associado se encontrar em situação de insolvência, devidamente comprovado.

SECÇÃO III

Do regime disciplinar

Artigo 22.º

Medidas disciplinares

Aos associados podem ser aplicadas as seguintes medidas disciplinares:

- a) Repreensão por escrito;
- b) Suspensão até 30 dias;

- c) Suspensão até 180 dias;
- d) Suspensão até três anos;
- e) Expulsão.

Artigo 23.º

CrITÉRIOS gerais de graduação das medidas

A graduação das medidas disciplinares far-se-á em função dos seguintes critérios:

- 1- Gravidade objectiva da infracção;
- 2 - Intencionalidade da conduta do infractor;
- 3 - Repercussão da infracção na actividade da ATE e na sua imagem externa;
- 4 - Existência de antecedentes disciplinares devidamente comprovados.

Artigo 24.º

Expulsão

Incorrem na medida de expulsão os sócios que:

- a) Pratiquem violação grave dos estatutos e regulamentos da ATE;
- b) Desobedeçam pública e ostensivamente às deliberações legitimamente tomadas pelos órgãos estatutários;
- c) Pratiquem actos contrários aos princípios do associativismo democrático contidos na declaração de princípios e nos estatutos da ATE.

Artigo 25.º

Competências para aplicações das medidas

A competência para aplicação das medidas disciplinares pertence ao conselho disciplinar.

Artigo 26.º

Processo disciplinar

- 1 - Nenhuma sanção será aplicada sem que seja instaurado o correspondente processo disciplinar.
- 2 - Instaurado o processo, será sempre enviada ao arguido, por carta registada com aviso de recepção ou contra recibo, uma nota de culpa discriminando os fatos de que é acusado e os preceitos estatutários ou regulamentos violados.
- 3 - O associado pode responder, por escrito, à nota de culpa em prazo não superior a dez dias, a contar da data do recibo ou da recepção do aviso, e requerer todas as diligências ao apuramento dos fatos, bem como apresentar testemunhas até ao máximo de dez.
- 4 - A aplicação da medida disciplinar será obrigatoriamente comunicada, por escrito, ao arguido, com os fundamentos que a determinaram.

Artigo 27.º

Recurso

1 - As sanções disciplinares aplicadas pelo conselho disciplinar admitem recurso para o conselho geral no prazo de dez dias, a contar da sua notificação, com efeito suspensivo.

2 - Os recursos serão obrigatoriamente apreciados pelo conselho geral na primeira reunião subsequente à sua recepção.

3 - As sanções disciplinares aplicadas pelo conselho geral são irrecorríveis.

Artigo 28.º

Nulidade do processo

A não audição do arguido em processo disciplinar determina a nulidade deste e a inexistência da medida eventualmente aplicada.

CAPÍTULO IV

Da organização da ATE

SECÇÃO I

Dos órgãos

Artigo 29.º

Enumeração dos órgãos

Enumeração dos órgãos:

- a) O Congresso;
- b) O conselho geral;
- c) O secretariado;
- d) O conselho disciplinar;
- e) O conselho fiscalizador de contas.

SECÇÃO II

Do congresso

Artigo 30.º

Natureza e composição

1- O congresso é o órgão máximo da ATE.

2- O congresso é constituído por um colégio de delegados, eleitos por sufrágio universal, directo e secreto, em representação dos associados.

3- Por inerência são delegados do congresso:

- a) Os membros efectivos do conselho geral;
- b) Os membros efectivos do secretariado nacional;
- c) Os membros efectivos do conselho disciplinar;

4- O número de delegados eleitos, não poderá ser inferior ao triplo dos delegados por inerência.

Artigo 31.º

Modo de eleição dos delegados

O colégio de delegados deve reflectir a composição e o âmbito geográfico da associação, nos termos deste estatuto e do regimento.

Os delegados ao congresso, a que se refere o n.º 2 do artigo 30.º, são eleitos de entre listas nominativas concorrentes e subordinadas a programas de orientação, segundo o princípio da representação proporcional, pelo método de *Hondt*.

Para efeitos da eleição de delegados, o território da associação dividir-se-á em círculos eleitorais.

Nenhum círculo eleitoral abrangerá associados de mais de uma secção regional ou equiparada.

O número de delegados ao congresso não pode ser inferior a 258 nem superior a 278

Os trâmites do processo eleitoral, serão fixados no regulamento eleitoral, a aprovar pelo conselho geral, sob proposta da comissão organizadora referida no artigo 33.º, divulgados até ao 20.º dia subsequente ao da convocação do congresso.

Artigo 32.º

Reuniões do congresso e a sua convocação

1- O congresso reunirá ordinariamente de quatros em quatro anos, a convocação do conselho geral.

2- O congresso reunirá extraordinariamente mediante requerimento do conselho geral, do secretariado ou de um terço dos associados, ouvido o conselho geral.

3- A convocação do congresso extraordinário, será feita nos quinze dias subsequentes ao da recepção do requerimento, para data que não exceda a da convocação em 90 dias.

4- A convocatória do congresso, deverá ser amplamente divulgada pelo envio de circular, através da estrutura da ATE, aos associados e pela sua publicação em, pelo menos, dois jornais diários de circulação nacional.

5- A convocatória deverá mencionar as datas, horas e local de funcionamento. Mencionará ainda a ordem de trabalhos que constar do requerimento da convocação.

6- O congresso será convocado com a antecedência mínima de 90 dias, ou de 30 dias, consoante se trate de reunião ordinária ou extraordinária.

Artigo 33.º

Comissão organizadora

- 1- A comissão organizadora é constituída pelo secretariado e pela mesa do conselho geral, sendo presidida pelo secretário-geral.
- 2- Compete à comissão organizadora, a execução de todos os actos necessários à preparação do congresso e tomar, com a antecedência devida, as providências necessárias para que o congresso tenha lugar no tempo e local previstos na sua convocatória.

Artigo 34.º

Funcionamento do congresso

- 1 - No início da primeira sessão, que será aberta pelo presidente da ATE, o congresso elegerá, de entre os delegados presentes e pela fórmula prevista no artigo 37.º, uma mesa para dirigir os trabalhos.
- 2 - O congresso funcionará continuamente até se achar esgotada a ordem de trabalhos, após o que será encerrado.
- 3 - Se, no termo da data prefixada não se encontrar esgotada a ordem de trabalhos, poderá o congresso deliberar pela sua continuação, a requerimento de, pelo menos um quarto dos delegados presentes, até se esgotar completamente a ordem de trabalhos.
- 4 - Os mandatos dos delegados caducam 180 dias após o encerramento do congresso.

Artigo 35.º

Quórum

- 1 - O congresso só pode reunir se, no início da sua abertura, estiverem presentes pelo menos metade e mais um dos seus membros.
- 2 - O congresso só poderá deliberar validamente desde que estejam presentes, pelo menos, metade e mais um dos seus membros.
- 3 - São nulas as decisões tomadas sem quórum, ou relativas a matérias que não constem na ordem de trabalhos.

Artigo 36.º

Competência do congresso

É da competência exclusiva do congresso:

- a) Definir a política socioprofissional e as orientações a observar pela ATE, na aplicação dos princípios do associativismo democrático contidos na declaração de princípios e nos presentes estatutos;
- b) Aprovar o programa de acção;
- c) Eleger e destituir o conselho geral, o secretariado nacional, o conselho disciplinar e o conselho fiscalizador de contas;
- d) Rever os estatutos;

- e) Aprovar o regimento do congresso, bem como ratificar os regulamentos elaborados pelos outros órgãos estatutários;
- f) Deliberar em caso de força maior que afecte gravemente a vida da ATE;
- g) Ratificar as deliberações do conselho geral;
- h) Deliberar sobre a adesão ou associação com outras organizações socioprofissionais, nacionais ou internacionais;
- i) Deliberar sobre a integração ou fusão com outras associações socioprofissionais;
- j) Deliberar sobre a extinção ou dissolução da ATE e a liquidação do seu património.

Artigo 37.º

Mesa do congresso

- 1 - A mesa do congresso é composta por um presidente, um vice-presidente, um 1.º, um 2.º e um 3.º secretários.
- 2 - A eleição da mesa far-se-á de entre listas nominativas completas, considerando-se eleita a lista que obtiver maior número de votos.
- 3 - A eleição será por escrutínio secreto, salvo decisão em contrário de pelo menos dois terços dos delegados presentes.
- 4 - As listas poderão ser apresentadas pelo secretariado nacional ou por um número de 50 delegados ao congresso.

Artigo 38.º

Competência da mesa

Compete à mesa do congresso:

- a) Assegurar o bom funcionamento do congresso;
- b) Dirigir os trabalhos de acordo com a ordem do dia e o regimento do congresso;
- c) Organizar e propor ao congresso as comissões que achar necessárias ao bom funcionamento dos trabalhos.

Artigo 39.º

Competência do presidente da mesa

- 1 - Compete especialmente ao presidente da mesa do congresso:
 - a) Representar o congresso;
 - b) Presidir às sessões do congresso, dirigir os respectivos trabalhos e declarar o seu encerramento;
 - c) Admitir ou rejeitar qualquer documento, sem prejuízo do direito de recurso para o plenário, em caso de rejeição;
 - d) Assinar os documentos em nome do congresso;
 - e) Vigiar pelo cumprimento do regimento e das resoluções do congresso.
- 2 - O presidente será coadjuvado ou substituído nas suas faltas ou impedimentos, pelo vice-presidente e na falta ou impedimento deste, por um delegado eleito para esse fim.

Artigo 40.º

Competência dos secretários da mesa

Compete aos secretários, de acordo com a distribuição de funções feita pelo presidente:

- a) Ordenar as matérias a submeter à votação e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos delegados que pretendam usar da palavra;
- c) Elaborar o expediente relativo às sessões do congresso e assiná-lo juntamente com o presidente;
- d) Fazer as leituras indispensáveis durante as sessões;
- e) Redigir as atas das sessões do congresso;
- f) Coadjuvar, em geral, o presidente em tudo o que for necessário ao bom andamento dos trabalhos.

Artigo 41.º

Regimento do congresso

O congresso aprovará, sob proposta do secretariado, o regimento, que regulará a disciplina do seu funcionamento e os poderes e atribuições dos seus membros e órgãos.

SECÇÃO III

Do conselho geral

Artigo 42.º

Composição do conselho geral

- 1- O conselho geral é o órgão responsável pela observância das linhas da política socioprofissional aprovadas pelo congresso e assegura a aplicação e adequação às circunstâncias concretas, das suas orientações.
- 2- O conselho geral é constituído por:
 - a) 25 membros eleitos em congresso, nos termos do artigo 44.º;
 - b) 25 membros eleitos pelos secretariados das secções regionais nos termos do artigo 44.º
 - c) Para efeitos do disposto na alínea a) do número 3 do artigo 29, só serão considerados os membros referidos na alínea a) do presente artigo.
- 3- Sempre que as matérias a abordar lhes digam especialmente respeito, serão convocados para as reuniões do conselho geral o secretário coordenador da secção do estrangeiro e membros do conselho consultivo da educação ou das comissões sectoriais.

Artigo 43.º

Competência do conselho geral

Compete ao conselho geral:

- a) Aprovar, em reunião ordinária a realizar até 31 de Dezembro de cada ano, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte elaborados pelo secretariado nacional;
- b) Aprovar, em reunião ordinária a realizar até 30 de Abril de cada ano, o relatório e contas elaborados pelo secretariado nacional;
- c) Aprovar os orçamentos suplementares para despesas não previstas;
- d) Designar os representantes da ATE para os órgãos estatutários ou junto das agremiações socio-profissionais, quando tal não seja da competência expressa de outro órgão;
- e) Decidir sobre os recursos interpostos das decisões dos órgãos estatutários, ouvido o conselho disciplinar;
- f) Arbitrar os diferendos entre os órgãos da ATE, quer a solicitação destes quer oficialmente, sempre que o litígio se repercuta negativamente na vida da ATE ou na sua projecção externa;
- g) Declarar ou fazer cessar a greve e definir o âmbito de interesses a prosseguir através desta;
- h) Nomear os órgãos de gestão administrativa da ATE, no caso de demissão ou destituição dos órgãos eleitos, até à realização de novas eleições;
- i) Apreciar e aprovar o resultado final dos acordos a que se tenha chegado sobre o regime e condições de trabalho e autorizar a sua formalização;
- j) Requerer a convocação do congresso e convocá-lo nos termos estatutários;
- k) Autorizar o secretariado a contrair empréstimos e a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;
- l) Pronunciar-se sobre a criação ou adesão a organizações de carácter social, cultural ou cooperativo, ou quaisquer outras de interesse para os trabalhadores da educação;
- m) Aprovar os regulamentos da ATE, salvo quando aqueles sejam da competência específica de outro órgão;
- n) Deliberar sobre qualquer das atribuições estatutárias ou sobre quaisquer matérias que não sejam da exclusiva competência do congresso, salvo delegação deste.

Artigo 44.º

Modo e eleição do conselho geral

- 1 - Os membros do conselho geral referidos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 42.º são eleitos respectivamente pelo congresso e secretariados das secções regionais, de entre listas nominativas concorrentes, por voto secreto, segundo o princípio da representação proporcional, pelo método de *Hondt*.
- 2 - O número de membros a eleger por cada secretariado de secção regional será fixado pelo secretariado permanente, anualmente, de acordo com o método de *Hondt*, aplicado ao número de associados de cada secção, com a quotização regularizada a 31 de Dezembro do ano anterior.

3 - Os membros eleitos por cada secretariado, nos termos do n.º 2, podem ser eleitos ou destituídos a qualquer tempo.

Artigo 45.º

Presidente da ATE

- 1 - É considerado eleito presidente da ATE, o candidato que figure em primeiro lugar na lista mais votada para o conselho geral.
- 2 - Compete ao presidente da ATE a sua representação em todos os actos de maior dignidade, para que seja solicitado pelo secretariado.
- 3 - O presidente da ATE tem assento, com direito a voto, nas reuniões dos secretariados nacional e permanente.

Artigo 46.º

Reuniões do conselho geral

- 1 - O conselho geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, devendo ser convocado com a antecedência mínima de vinte dias.
- 2 - O conselho geral reunirá extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, ou quem o substitua, a requerimento da mesa, de um terço dos seus membros, do secretariado, do conselho fiscalizador de contas, do conselho disciplinar, de 20% dos associados ou de um terço das secções.
- 3 - Recebido o requerimento, do qual deverão constar os pontos da ordem de trabalhos da reunião, o presidente, ouvida a mesa, procederá à convocação do conselho geral, por forma que se reúna até ao 15.º dia subsequente ao da recepção do requerimento.
- 4 - A convocação deverá ser nominal e por escrito, com indicação expressa da ordem de trabalhos e do dia, hora e local da reunião, assegurando-se a sua expedição, de modo a que todos os membros estejam na sua posse, até cinco dias antes da reunião.
- 5 - As convocatórias deverão ser enviadas nos mesmos termos ao secretariado, ao conselho disciplinar e ao conselho fiscalizador de contas, que poderão participar nas reuniões, sem direito a voto, salvo quanto ao disposto na alínea d) do artigo 43.º.

Artigo 47.º

Quórum

- 1 - O conselho geral só poderá reunir e deliberar validamente, desde que estejam presentes metade e mais um dos seus membros.
- 2 - As deliberações do Conselho geral são tomadas por maioria simples dos votos expressos.

Artigo 48.º

Mesa

- 1 - Na sua primeira reunião, o conselho geral elegerá um vice-presidente e o 1.º, 2.º e 3.º secretários, que integram a mesa, cuja presidência cabe ao presidente do conselho geral.

2 - A mesa assegurará o funcionamento e o expediente do conselho.

Artigo 49.º

Competência do presidente da mesa do conselho geral

Compete ao presidente da mesa do conselho geral:

- a) Convocar e presidir às reuniões do conselho geral, declarar a sua abertura e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Assinar os termos de abertura e de encerramento e rubricar todas as folhas dos livros de actas do conselho geral;
- c) Proceder à abertura do congresso.

Artigo 50.º

Competência do vice-presidente da mesa

Compete ao vice-presidente:

- a) Substituir o presidente nos seus impedimentos;
- b) Coadjuvar o presidente no exercício das suas funções.

Artigo 51.º

Competência dos secretários da mesa

Compete aos secretários:

- a) Coadjuvar o presidente e o vice-presidente;
- b) Preparar, expedir e fazer publicar os avisos convocatórios do conselho geral;
- c) Elaborar os projectos de ata e todo o expediente das secções;
- d) Assegurar o trabalho do secretariado da mesa e do conselho geral;
- e) Passar certidões das atas do conselho geral, quando requeridas.

SECÇÃO IV

Do secretariado nacional

Artigo 52.º

Natureza e composição

- 1 - O secretariado é o órgão executivo da ATE e é composto por 101 membros, eleitos em Congresso.
- 2 - São ainda membros de pleno direito do Secretariado Nacional, os secretários coordenadores regionais, eleitos nas regiões e que não façam parte daquele órgão por força do n.º1 do presente artigo.

Artigo 53.º

Competência do secretariado

1 - Compete especialmente ao secretariado:

- a) Dar execução às deliberações do congresso e do conselho geral;
- b) Representar a ATE em juízo e fora dele, activa e passivamente;
- c) Dirigir e coordenar toda a actividade da ATE, de acordo com os presentes estatutos e com as deliberações e princípios, definidos globalmente pelo congresso e pelo conselho geral;
- d) Decidir da admissão de sócios, nos termos dos estatutos;
- e) Negociar propostas de alteração das condições de trabalho e respectiva remuneração;
- f) Prestar informação escrita aos associados, através da estrutura socioprofissional, das actividades da ATE e da participação desta em outras instituições ou organizações socioprofissionais;
- g) Organizar e gerir os fundos da ATE ou desta dependente, nos termos dos estatutos;
- h) Admitir, suspender e demitir os empregados da ATE, bem como fixar as suas remunerações;
- i) Apresentar ao conselho fiscalizador de contas, para parecer, as contas do exercício até 31 de Março e o orçamento para o ano seguinte até 30 de Novembro, acompanhados do respectivo relatório de actividade ou fundamentação;
- j) Declarar a greve, não o podendo fazer por período superior a dois dias, no caso da greve abranger a maioria dos trabalhadores da Educação, situação em que deverá propor ao conselho geral a sua duração por período superior;
- k) Convocar ou requerer a convocação de órgãos das secções;
- l) Criar os grupos de trabalho ou de estudo que entender necessários ao melhor cumprimento do seu mandato;
- m) Elaborar e manter actualizado o inventário de bens da ATE, que será conferido e assinado no ato de posse do novo secretariado;
- n) Requerer a convocação do congresso ou do conselho geral, nos termos dos estatutos, e submeter à apreciação e deliberação daqueles órgãos, todos os assuntos sobre os quais devam pronunciar-se ou que o secretariado lhe queira voluntariamente submeter;
- o) Apresentar e submeter à apreciação do congresso, o relatório de actividade referente ao exercício do mandato;
- p) Dar parecer ao conselho geral, sobre a criação de organizações julgadas necessárias aos trabalhadores da educação ou à adesão a outras já existentes;
- q) Prestar todo o apoio técnico e económico que lhe for solicitado pelos outros órgãos e que seja necessário ao cumprimento cabal dos respectivos mandatos;
- r) Exercer as demais funções que, legal ou estatutariamente, sejam da sua competência.

2 - Poderá o secretariado delegar nos secretariados das secções das regiões, competências para dialogar com os governos regionais, quando existam.

3 - O secretariado poderá fazer-se representar, assistir e participar, por direito próprio, em todas as reuniões que se realizarem no âmbito da ATE.

Artigo 54.º

Eleição do secretariado nacional

O secretariado nacional é eleito pelo congresso, por voto secreto, de entre listas nominativas concorrentes, considerando-se eleita a lista que obtiver a maioria dos votos expressos.

Artigo 55.º

Secretário-geral

É considerado secretário-geral o candidato que figure em primeiro lugar na lista mais votada para o secretariado nacional.

Artigo 56.º

Competência do secretário-geral

Compete ao secretário-geral:

- a) Presidir às reuniões do secretariado nacional e do secretariado permanente e propor ou garantir a atribuição de pelouros aos seus membros;
- b) Coordenar a execução da estratégia político-socioprofissional, em conformidade com as deliberações do congresso e do conselho geral;
- c) Representar a ATE em todos os actos e nas organizações internacionais.

Artigo 57.º

Secretariado permanente

1 - O secretariado permanente é constituído no máximo por 15 elementos:

- a) O secretário-geral;
- b) Os secretários gerais adjuntos;
- c) O tesoureiro;
- d) Os coordenadores dos secretariados das secções regionais, referidos no n.º 4 do artigo 66.º;
- e) O secretário nacional responsável pelo departamento da negociação sindical,
- f) O secretário nacional responsável pelo departamento da dinamização sindical;
- g) O secretário nacional responsável pelo departamento da organização sindical;
- h) O secretário nacional responsável pelo departamento dos organismos centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação;

i) O secretário nacional responsável pela informação;

j) O secretário nacional coordenador do gabinete de estudos;

2 - Os secretários referidos nas alíneas c), e), f) e g) serão designados, na primeira reunião do secretariado nacional, de entre os seus membros por proposta do secretário geral.

3 - O secretariado permanente exercerá as competências do secretariado nacional que por este lhe forem delegadas.

4 - O secretariado permanente indicará, sob proposta do secretário-geral, sempre que entenda necessário, o secretário-geral adjunto, de entre os seus membros, para acções específicas, ausências ou impedimentos, em que haja necessidade de substituir o secretário-geral.

5 - São criados, para funcionar na dependência do secretariado permanente, os seguintes departamentos:

a) Departamento de formação;

b) Departamento de acção social e tempos livres.

6 - Os responsáveis pelos departamentos referidos no número anterior participam, nas reuniões do secretariado permanente, sem direito a voto, salvo se os referidos responsáveis forem membros eleitos do secretariado nacional.

Artigo 58.º

Reuniões do secretariado nacional e permanente

1 - Os secretariados nacional e permanente reunirão sempre que necessário. As reuniões do secretariado nacional deverão acontecer pelo menos uma vez em cada 2 meses. O secretariado permanente deverá reunir no mínimo, obrigatoriamente, uma vez por mês.

2 - As deliberações dos secretariados são tomadas por maioria simples dos membros presentes, tendo o secretário-geral voto de qualidade.

3 - Os secretariados só poderão reunir e deliberar validamente, estando presentes metade e mais um dos seus membros.

4 - O secretariado nacional organizará um livro de atas, devendo lavrar-se ata de cada reunião efectuada.

Artigo 59.º

Responsabilidades dos membros do secretariado nacional

1 - Os membros do secretariado respondem solidariamente pelos actos praticados no exercício do mandato, que lhes for concedido, salvo os que expressamente tenham votado contra as decisões tomadas ou, se ausentes, em tal sentido se pronunciem na primeira reunião seguinte à que não compareceram.

2 - A ATE obriga-se mediante a assinatura de dois dos membros do seu secretariado, sendo um deles sempre o secretário-geral ou o tesoureiro.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, poderá o secretário-geral delegar expressamente em um ou em vários membros do secretariado.

SECÇÃO V

Do conselho disciplinar

Artigo 60.º

Conselho disciplinar

- 1 - O conselho disciplinar detém o poder disciplinar da ATE, dentro dos limites destes estatutos.
- 2 - O conselho disciplinar é composto por cinco elementos efectivos, eleitos em congresso por voto directo e secreto, de entre listas nominativas, pelo método de *Hondt*.
- 3 - É considerado presidente do conselho disciplinar o candidato que figure em primeiro lugar na lista mais votada.
- 4 - Na primeira reunião após a sua eleição, os membros do conselho disciplinar elegerão de entre si o vice-presidente e os secretários.
- 5 - O Conselho disciplinar só poderá reunir e deliberar validamente se estiverem presentes metade e mais dos seus membros.
- 6 - As deliberações do Conselho disciplinar são tomadas por maioria simples dos votos expressos.

SECÇÃO VI

Do conselho fiscalizador de contas

Artigo 61.º

Conselho fiscalizador de contas

- 1 - O Conselho fiscalizador de contas é o órgão que fiscaliza as contas da ATE.
- 2 - O Conselho fiscalizador de contas é composto por cinco membros efectivos, eleitos em congresso por voto direto e secreto, de entre listas nominativas e pelo método de *Hondt*.
- 3 - É considerado presidente do conselho fiscalizador de contas o candidato que figure em primeiro lugar na lista mais votada.
- 4 - Na primeira reunião após a eleição, os seus membros elegerão de entre si o vice-presidente e os secretários.
- 5 - O Conselho fiscalizador de contas só poderá reunir e deliberar validamente se estiverem presentes metade e mais um dos seus membros.
- 6 - As deliberações do Conselho fiscalizador de contas são tomadas por maioria simples dos votos expressos.

Artigo 62.º

Competência do conselho fiscalizador de contas

- 1 - Compete em especial ao conselho fiscalizador de contas:
 - a) Examinar, pelo menos trimestralmente, a contabilidade da ATE;

- b) Dar parecer sobre as contas, relatórios financeiros, orçamento anual e sua revisão, a apresentar pelo secretariado ao congresso ou ao conselho geral;
 - c) Apresentar ao congresso, ao conselho geral e ao secretariado, todas as sugestões que entenda de interesse para a vida da ATE, particularmente no campo da gestão financeira;
 - d) Apresentar, até ao dia 10 de Dezembro, parecer ao conselho geral sobre o orçamento elaborado pelo secretariado nacional;
 - e) Apresentar, até ao dia 10 de Abril, ao conselho geral o relatório da sua actividade e o parecer sobre as contas do exercício.
- 2 - O conselho fiscalizador de contas tem acesso a toda a documentação de carácter administrativo e contabilístico da ATE, devendo reunir com o secretariado, sempre que o entenda necessário ao cabal cumprimento do seu mandato.
- 3- O conselho fiscalizador de contas estará obrigatoriamente presente nas reuniões do conselho geral, em que este órgão aprecie as contas, o orçamento ou quaisquer fatos que decida apresentar-lhe.
- 4- Das reuniões do conselho serão obrigatoriamente elaboradas actas.

CAPÍTULO V

Da organização regional e profissional da ATE

SECÇÃO I

Das secções

Artigo 63º

Descentralização regional

Como forma de assegurar e reforçar a participação dos associados e a democraticidade do seu funcionamento, a ATE compreende, quer secções de organismo ou local de trabalho, quer de níveis regional ou distrital e ainda secções socioprofissionais dos aposentados e do estrangeiro.

Artigo 64.º

Secção de organismo ou local de trabalho

- 1 - A secção socioprofissional de organismo ou local de trabalho agrupa os associados que, dentro de uma secção regional ou equiparada, exerce actividades em organismo(s), local ou locais de trabalho idênticos.
- 2 - A coordenação das secções referidas no n.º 1 é da responsabilidade do secretariado regional e distrital, nos termos dos artigos seguintes.
- 3 - Estas secções contribuem para a elaboração da política socioprofissional segundo os presentes estatutos, operando na respectiva área, de acordo com os princípios e decisões dos órgãos nacionais e dos secretariados referidos no n.º 2.
- 4 - Nos organismos ou locais de trabalho onde existam secções, as competências atribuídas aos seus órgãos acumulam às de delegados da ATE

Artigo 65.º

Dos órgãos das secções de organismo e local de trabalho

1 - São órgãos das secções de organismo e local de trabalho a assembleia geral, o coordenador da secção e os vogais, em número a determinar pelo conselho geral, de acordo com a relação proporcional do número de membros de cada secção.

2 - A assembleia geral é o órgão máximo deliberativo da secção, composta por todos os membros desta, competindo-lhe, em geral, tomar as decisões nos termos do artigo 64.º e em especial:

a) Eleger uma mesa, formada por um presidente e dois secretários, quando as circunstâncias e o número de membros o justificarem;

b) Eleger o coordenador da secção e os vogais;

3 - A assembleia geral reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente a convocação do coordenador da secção ou de, pelo menos, um terço dos seus membros, mediante aviso contendo a ordem de trabalhos, que deverá ser enviada a todos os membros da secção até oito dias antes da data fixada.

4 - Ao coordenador da secção coadjuvado pelos vogais compete:

a) Aplicar as decisões da assembleia geral;

b) Organizar internamente a secção e representá-la junto do organismo ou local de trabalho;

c) Exercer, juntamente com os restantes vogais, as funções de delegados da ATE.

5. São deveres do coordenador:

a) Estabelecer os contactos e ligações entre os associados e os secretariados regional e distrital;

b) Distribuir aos associados toda a informação da ATE;

c) Colaborar com o secretariado regional e distrital em todas as acções necessárias para a actividade da ATE;

d) Divulgar a acção da ATE;

e) Estimular a participação activa dos associados da ATE;

f) Angariar o maior número de associados para a ATE;

g) Acompanhar a actividade do organismo ou local de trabalho e vigiar pela aplicação das disposições legais;

h) Contribuir para a formação profissional e para a promoção social e cultural dos outros sócios da ATE;

i) Frequentar cursos de formação socioprofissional;

j) Assegurar a sua substituição por um vogal nos períodos de ausência ou impedimento.

Artigo 66.º

Secções regionais

1 - As secções regionais abrangem um ou mais distritos, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

2 - Compete ao conselho geral, sob proposta do secretariado e ouvidos os secretariados das secções envolvidas, decidir quanto à criação de secções regionais.

3 - O conselho geral pode aprovar a modificação do âmbito das secções, por proposta do secretariado nacional ou da maioria dos associados interessados.

4 - Secções regionais:

a) Consideram-se criadas as seguintes secções regionais:

- Secção Regional do Norte;

- Secção Regional do Centro;

- Secção Regional de Lisboa;

- Secção Regional do Alentejo;

- Secção Regional do Algarve.

b) As secções dos Açores e da Madeira, serão criadas nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 deste artigo tendo em atenção as especificidades das Regiões Autónomas;

c) Assim, a nível de cada região autónoma existirá uma secção coordenadora regional para melhor desempenho das funções, nomeadamente para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 53.º.

5 - O disposto no número anterior será consagrado em regulamento próprio a aprovar pelo conselho geral, sob proposta das secções regionais nos termos do n.º 4, alíneas a) e c) ou, subsidiariamente, por proposta do secretariado nacional, ouvidas aquelas secções.

Artigo 67.º

Secção dos aposentados

1 - A secção socioprofissional dos aposentados abrange toda a área da ATE.

2 - A eleição do secretariado e o funcionamento da secção dos aposentados serão objecto de regulamento próprio a aprovar pelo conselho geral sob proposta do secretariado nacional.

Artigo 68.º

Fins e órgãos das secções regionais

1 - As secções têm por finalidade:

a) Constituírem, no seu âmbito, pólos de dinamização socioprofissional, em coordenação com os órgãos da ATE e na observância dos princípios estatutários;

b) Determinar e transmitir aos órgãos da ATE as aspirações dos seus associados, contribuindo, pelo debate interno e acção socioprofissional, para o seu aprofundamento e resolução;

c) Dar cumprimentos às deliberações e recomendações dos órgãos da ATE, proferidas no âmbito da sua competência;

d) Pronunciar-se sobre questões ou assuntos que lhe sejam presentes pelo secretariado;

e) Acompanhar a actuação dos delegados da ATE, facilitando a coordenação entre eles e a articulação com o secretariado.

2- São órgãos da secção:

a) O conselho regional;

b) O secretariado da secção.

Artigo 69.º

Conselho regional

1 - O conselho regional, presidido pelo coordenador da secção regional respectiva, integrará 15 elementos:

a) O secretariado regional;

b) Os secretários coordenadores das secções distritais;

c) Restantes membros eleitos pelos secretariados das secções distritais nos termos do artigo 44.º.

2 - São delegados por inerência os membros do secretariado nacional, do conselho geral, do conselho fiscalizador de contas e do conselho disciplinar, quando exercendo funções em organismos ou locais de trabalho que estejam no âmbito da secção.

3 - Compete em especial ao conselho regional:

a) Acompanhar e discutir as actividades do secretariado regional;

b) Discutir o plano de actividades e o relatório do exercício do ano anterior do secretariado regional;

c) Deliberar sobre todas as matérias que o secretariado regional entenda submeter-lhe e que não sejam da competência própria de outros órgãos da ATE.

4 - O Conselho regional reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo secretariado de secção, ou por um terço dos associados da ATE que caiam no âmbito de secção

Artigo 70.º

Eleição dos secretariados regionais

1- O secretariado é o órgão executivo da secção, sendo composto por sete ou nove elementos consoante o número de sócios inscritos for superior ou inferior a 100.

2- As eleições dos secretariados regionais realizar-se-ão na mesma data em que for fixada, pelo conselho geral, a eleição dos delegados ao congresso ordinário.

3- Os secretários regionais serão eleitos em assembleia geral eleitoral, na área da sua jurisdição, por voto directo e secreto, em listas nominativas completas, considerando-se eleita a lista que obtiver a maioria de votos expressos.

4- Na sua primeira reunião, os membros do secretariado distribuirão entre si as respectivas funções.

Artigo 71.º

Competências do secretariado de secção

1 - Compete ao secretariado de secção:

- a) Aplicar no respectivo âmbito as decisões e orientações dos órgãos centrais, bem como as do conselho regional que satisfaçam as condições definidas nestes estatutos;
- b) Dar parecer relativamente às propostas de admissão como sócios, de trabalhadores abrangidos no âmbito da respectiva secção;
- c) Organizar e coordenar a realização das finalidades que por via estatutária e regulamentar, lhe sejam reconhecidas;
- d) Coordenar as reuniões das secções distritais;
- e) Elaborar e manter actualizado o inventário dos bens e o ficheiro de associados e delegados socioprofissionais da secção;
- f) Apreciar a situação socioprofissional no respectivo âmbito e dirigir aos órgãos centrais da ATE recomendações da sua iniciativa ou que o conselho regional tenha entendido por convenientes;
- g) Assegurar a reciprocidade de relações entre os órgãos da ATE e os sócios abrangidos pela secção directamente e através das secções distritais;
- h) Desempenhar todas as tarefas que lhe sejam delegadas em conformidade com estes estatutos;
- i) Gerir com eficiência os fundos da secção postos à sua disposição pelo orçamento da ATE;
- j) Organizar no respectivo âmbito, sistemas de informação socioprofissional próprios, bem como promover a distribuição e divulgação, através das secções distritais, do órgão de comunicação e demais publicações da ATE;
- k) Convocar o conselho geral nos termos do n.º 2 do artigo 46.º.

2 - Caso o secretariado de secção não cumpra os seus deveres ou tarefas, nomeadamente os consignados pela declaração de princípios, estatutos ou programa de acção, será destituído pelo conselho geral, mediante parecer favorável do conselho de disciplina e proposta do secretariado nacional.

3 - Em caso de destituição do secretariado de secção, o secretariado nacional nomeará uma comissão de gestão e convocará novas eleições no prazo máximo de 90 dias.

4 - A organização e funcionamento dos secretariados de secção e a organização do processo eleitoral, serão definidos num regulamento de secções a aprovar pelo conselho geral sob proposta do secretariado nacional.

Artigo 72.º

Secção do estrangeiro

1 - A secção do estrangeiro é constituída pelos associados a exercer funções fora do território nacional.

2 - A organização e funcionamento da secção deverá atender as especificidades próprias, em termos a definir no regulamento das secções.

3 - Poderão ser constituídas subsecções nos países onde se justificar.

Artigo 73.º

Secções distritais

- 1 - Dentro da área de cada secção regional serão eleitas secções distritais.
- 2 - Aplica-se às secções distritais o disposto nos artigos 70.º e 71.º, com as devidas adaptações a definir em regulamento próprio pelo conselho geral, sob proposta do secretariado.

Artigo 74.º

Subsecções

A criação de subsecções, será definida no regulamento das secções.

CAPÍTULO VI

Dos delegados da ATE

Artigo 75.º

Delegados da ATE

Os delegados da ATE são sócios da Associação, mandatários dos associados que os elegem junto da respectiva secção, servindo de elementos de coordenação, dinamização e ligação recíproca entre esta e aqueles.

Artigo 76.º

Condições de elegibilidade

Só poderá ser eleito delegado da ATE o sócio que exerça a sua actividade no local de trabalho, cujos associados representará e que não esteja abrangido pelas causas de inelegibilidade definidas nos estatutos.

Artigo 77.º

Eleição

- 1 - A eleição e destituição dos delegados da ATE será efectuada nos locais de trabalho de entre todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos socioprofissionais, por voto directo e secreto.
- 2 - A data da eleição será marcada com quinze dias de antecedência pelo secretariado de secção.
- 3 - De imediato abrir-se-á um período de campanha eleitoral, que terminará quarenta e oito horas antes do ato eleitoral e no qual os candidatos deverão esclarecer o eleitorado das grandes linhas da sua actuação futura.
- 4 - No período máximo de quarenta e oito horas após a eleição, todos os elementos referentes ao processo eleitoral serão enviados ao secretariado da secção regional, para apreciação da sua regularidade.

5 - Ao secretariado da secção regional competirá comunicar ao delegado eleito, no prazo de dez dias após a recepção dos elementos referidos no número anterior, e ao secretariado, a confirmação ou contestação da eleição efectuada.

6 - A contestação será enviada para apreciação do conselho geral no caso de recurso apresentado pelo secretariado ou pela maioria dos eleitores, no prazo de oito dias, a contar da data da recepção da notificação da contestação.

7 - O mandato dos delegados da ATE não poderá ser superior a três anos.

8 - Os delegados da ATE podem ser destituídos a qualquer altura pelos trabalhadores que os elegeram por voto directo e secreto, considerando-se revogado o respectivo mandato sempre que os trabalhadores que o elegeram procedem a nova eleição por voto directo e secreto.

9 - O processo eleitoral e o número de delegados serão fixados em regulamento próprio, aprovado pelo conselho geral, sob proposta do secretariado, ouvidos os secretariados das secções.

Artigo 78.º

Atribuições

1 - São atribuições dos delegados da ATE:

- a) Informar os trabalhadores de toda a actividade socioprofissional, através da distribuição e afixação em local próprio de informação impressa, assegurando que todos os documentos cheguem aos associados;
- b) Estabelecer, manter e desenvolver contactos permanentes entre todos os trabalhadores e entre estes e o secretariado, transmitindo as suas aspirações, sugestões e críticas;
- c) Dar parecer aos órgãos da ATE sobre os assuntos acerca dos quais tenham sido consultados;
- d) Assegurar a sua substituição nos períodos de impedimento;
- e) Representar a ATE no local de trabalho, por mandato do secretariado;
- f) Incentivar os trabalhadores não sócios a procederem à sua inscrição na ATE e a participarem activamente na vida socioprofissional desta associação.

2 - Aplica-se aos delegados da ATE o disposto no artigo 65.º.

Artigo 79.º

Destituição dos delegados da ATE

1- São fundamentos de destituição automática:

- a) O não preenchimento das condições de elegibilidade;
- b) A transferência para outro local de trabalho;
- c) O ter pedido a demissão do cargo e a perda da qualidade de sócio da ATE;

Artigo 80.º

Reuniões no local de trabalho

A convocação do secretariado nacional, do secretariado de secção, dos delegados da ATE ou de 10% dos associados, poderão funcionar reuniões no local de trabalho com carácter informativo e consultivo.

CAPÍTULO VII

Do regime patrimonial

Artigo 81.º

Competência orçamental

Compete ao secretariado, através dos serviços centrais da ATE, receber a quotização dos associados e demais receitas, autorizar a realização de despesas orçamentadas, bem como proceder à elaboração do orçamento e das contas da ATE, a submeter à aprovação do conselho geral.

Artigo 82.º

Orçamento

1 - O orçamento será elaborado e executado de acordo com os seguintes princípios fundamentais:

- a) O período da sua vigência coincidirá com o do ano civil;
- b) Conterá verbas que permitam o funcionamento das secções.

2 - O secretariado poderá apresentar ao conselho geral orçamentos suplementares, que terão de ser apreciados e deliberados por este no prazo de trinta dias.

3 - Se o conselho geral não aprovar os orçamentos nos prazos requeridos nestes estatutos, o secretariado fará a gestão da ATE, subordinado ao princípio de que as despesas não poderão ser superiores às receitas.

Artigo 83.º

Receitas

Constituem receitas da ATE:

- a) As quotas dos sócios;
- b) Receitas provenientes da aplicação dos seus recursos;
- c) Subsídios que respeitem aos fins estatutários;
- d) Outras receitas.

Artigo 84.º

Aplicação das receitas

As receitas serão obrigatoriamente aplicadas na prossecução dos fins estatutários e no pagamento das despesas e encargos resultantes da actividade da ATE.

Artigo 85.º

Fundos

1 - A ATE terá os seguintes fundos:

a) Fundo de greve e fundo de solidariedade, destinado ao auxílio a sócios despedidos ou cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado, nomeadamente, da adesão à greve declarada pela ATE nos termos destes estatutos, e a ser utilizado nos termos do regulamento aprovado pelo conselho geral;

b) Fundo de reserva, destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício.

2 - As despesas que a ATE tenha de efectuar, e que possam ser imputáveis aos fundos citados no número anterior, apenas por estes podem ser suportadas, devendo as contas de cada exercício apresentar uma relação das utilizações relativas a cada fundo.

3 - Podem ser criados outros fundos sob proposta do secretariado, por deliberação favorável do conselho geral.

4 - Da quotização será afectada ao fundo de greve uma percentagem fixada e regulamentada pelo conselho geral.

Artigo 86.º

Aplicação dos saldos

1 - As contas do exercício, elaboradas pelo secretariado, conterão uma proposta para aplicação dos saldos positivos do exercício, no respeito pelos princípios e fins da ATE

2 - Do saldo do exercício deverão ser retirados, pelo menos, 10% para fundo de reserva.

CAPÍTULO VIII

Das eleições

SECÇÃO I

Das disposições comuns

Artigo 87.º

Capacidade eleitoral

Têm capacidade eleitoral todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos socioprofissionais, com um mínimo de três meses de inscrição e com a sua quotização regularizada, salvo a situação constante da alínea c) do artigo 21.º.

Artigo 88.º

Condições de elegibilidade

Podem ser eleitos para os órgãos da ATE os sócios que, preenchendo os requisitos fixados no artigo anterior, perfaçam, no mínimo, seis meses de inscrição na ATE.

Artigo 89.º

Causas de inelegibilidade

1 - Não podem ser eleitos os associados condenados em pena em curso de execução, os interditos, os inabilitados judicialmente e os inibidos por falência ou insolvência judicial.

2 - Salvo em casos de expressa nomeação socioprofissional, não podem ainda exercer cargos socioprofissionais ou de sua representação os associados que:

- a) Sejam nomeados ou exerçam funções de director-geral ou equiparado;
- b) Sejam nomeados ou exerçam funções nos quadros dos gabinetes dos membros do Governo;
- c) Prestem serviço no sector público empresarial ou no sector privado, em comissão de serviço ou regime equiparado;
- d) Exerçam funções incompatíveis com a actividade socioprofissional.

3 - Salvo em casos de inerência expressamente previstos nestes estatutos, não é permitido o desempenho simultâneo de cargos em dois ou mais órgãos da ATE e dos seus dirigentes.

Artigo 90.º

Reeleição

Qualquer associado pode ser reeleito para o mesmo cargo em mandatos sucessivos.

Artigo 91.º

Suplentes

Cada lista proposta à eleição, para qualquer dos órgãos estatutários, conterà um número mínimo de candidatos suplentes, igual a metade do número de mandatos atribuídos, com o arredondamento para a unidade seguinte, ou a quatro, conforme o número for inferior ou igual ao número máximo de mandatos atribuídos.

Artigo 92.º

Perda do mandato

1 - Perdem o mandato para que tenham sido eleitos em qualquer dos órgãos estatutários, os trabalhadores que:

- a) Venham a ser feridos por algumas das causas de inelegibilidade fixadas no artigo 89.º;
- b) Não tomem posse do cargo para que foram eleitos ou faltem reiteradamente às sessões do respectivo órgão.

2 - Compete ao conselho geral declarar a perda do mandato em que incorra qualquer trabalhador, bem como indicar, de entre as listas votadas, qual o seu substituto.

Artigo 93.º

Renúncia ou pedido de substituição

1 - Qualquer trabalhador eleito para algum dos órgãos estatutários, poderá renunciar ao mandato ou pedir a sua substituição, por motivos devidamente fundamentados.

2 - O pedido de renúncia ou substituição deve ser declarado por escrito e dirigido ao presidente ou secretário-geral do órgão respectivo.

3 - Cabe ao mesmo órgão a indicação do substituto, de entre as listas votadas, sendo a decisão obrigatoriamente exarada em ata.

SECÇÃO II

Do processo eleitoral para o congresso

Artigo 94.º

Organização do processo eleitoral

1 - A organização do processo eleitoral é da competência da mesa da assembleia geral eleitoral, composta por cinco associados designados pelo conselho geral, escolhendo aqueles de entre si o presidente, o vice-presidente e os três secretários.

2 - O lugar de membro da mesa da assembleia geral eleitoral não é compatível com a situação de candidato em eleições que nessa assembleia tenham lugar.

Artigo 95.º

Comissão de fiscalização eleitoral

1 - Para efeitos de fiscalização de todo o processo eleitoral, será constituída uma comissão de fiscalização eleitoral, composta pela mesa da assembleia geral eleitoral e por um delegado de cada uma das listas concorrentes, indicado juntamente com a apresentação do processo de candidatura, cabendo ao presidente da mesa da assembleia geral eleitoral a presidência da comissão fiscalizadora.

2 - Só participará na comissão de fiscalização eleitoral um delegado em representação de todas as listas que se reclamem da mesma tendência, desde que reconhecida no seio do Sindicato, nos termos previstos no artigo 7.º dos estatutos e que concorram na maioria dos círculos eleitorais.

Artigo 96.º

Candidaturas

1 - A apresentação de candidaturas, consiste na entrega ao presidente do conselho geral, das listas contendo o nome dos candidatos, com o número de sócio de cada um, a declaração colectiva ou individual de aceitação dos mesmos e a indicação da residência, organismo, idade e categoria profissional.

- 2 - Cada lista de candidatos deverá apresentar um programa de acção, juntamente com os elementos anteriores.
- 3 - As candidaturas deverão ser subscritas por 10 % dos associados até ao máximo de 100, ou pelo secretariado nacional ou ainda, no âmbito das respectivas secções, pelos secretariados de secção.
- 4 - Os sócios proponentes serão identificados pelo nome completo legível, número de sócio e assinatura.

Artigo 97.º

Mesa de voto

Funcionarão mesas de voto na sede, instalações regionais da ATE, ou onde se reconheça a necessidade da sua existência.

Artigo 98.º

Votação

- 1 - O voto é secreto.
- 2 - Não é permitido o voto por procuração.
- 3 - É permitido o voto por correspondência, nos termos fixados no regulamento eleitoral.

Artigo 99.º

Impugnação do ato eleitoral

- 1 - O ato eleitoral pode ser impugnado, no todo ou em parte, mediante recurso a interpor junto da mesa da assembleia geral eleitoral, no prazo de 72 horas, contadas sobre a hora do encerramento da assembleia.
- 2 - No recurso, será feita prova dos fatos alegados e mencionados os preceitos legais, estatutários ou regulamentares violados.
- 3 - Para efeitos de apreciação do recurso, serão competentes, com direito a voto, os membros da mesa da assembleia geral eleitoral e dois membros da comissão de disciplina, indicados pelo respectivo presidente.
- 4 - A mesa da assembleia eleitoral decidirá do recurso em última instância no prazo de três dias, a contar da recepção do mesmo.

CAPITULO IX

Das disposições gerais

Artigo 100.º

Alteração dos estatutos

- 1 - Os presentes estatutos só poderão ser alterados pelo congresso.
- 2 - Os projectos de alteração deverão ser distribuídos aos associados, com antecedência mínima de 60 dias em relação à data da realização do congresso que deliberará sobre as alterações propostas.

3 - A responsabilidade desta distribuição caberá ao secretariado, no caso de se tratar do congresso ordinário, ou ao subscritor do requerimento de convocação, no caso de reunião extraordinária do congresso.

4 - As alterações aos Estatutos exigem a votação favorável da maioria absoluta dos delegados ao congresso.

Artigo 101.º

Extinção e dissolução da ATE

1 - A extinção ou dissolução da ATE só poderá ser decidida pelo congresso, desde que votada por mais de dois terços dos delegados.

2 - No caso de extinção ou dissolução, o congresso definirá os precisos termos em que a mesma se processará, nunca podendo os bens ser distribuídos pelos associados.

Artigo 102.º

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos de harmonia com a lei e os princípios gerais de direito.

CAPÍTULO X

Das disposições transitórias

Artigo 103.º

Disposições transitórias

1 - O disposto no artigo 71.º, n.º 2, aplica-se após o

2 - Próximo congresso ordinário da ATE.

3 - Até à eleição dos secretariados regionais, manter-se-ão em funções as actuais secções regionais.

ANEXO

Regulamento de tendências

Artigo 1º

Direito de organização

1 - Aos trabalhadores abrangidos, a qualquer título, no âmbito da ATE, é reconhecido o direito de se organizarem em tendências político-sindicais.

2 - O reconhecimento de qualquer tendência político-sindical é da competência exclusiva do congresso.

Artigo 2.º

Conteúdo

As tendências constituem formas de expressão sindical própria, organizadas na base de determinada concepção política, social ou ideológica e subordinadas aos princípios democráticos da declaração de princípios e dos estatutos da ATE

Artigo 3.º

Âmbito

Cada tendência é uma formação integrante da ATE, de acordo com o princípio da representatividade, sendo, por isso, os seus poderes e competências exercidos para a realização de alguns fins estatutários desta.

Artigo 4.º

Constituição

1 - A constituição de cada tendência efetua-se mediante comunicação dirigida ao presidente do congresso, assinada pelos delegados que a compõem, com indicação da sua designação, bem como o nome e qualidade de quem a representa.

2 - A comunicação referida no número anterior deverá igualmente ser acompanhada dos dados referentes à sua implantação e representação sindicais, traduzidos pelo número das organizações e trabalhadores e aos delegados eleitos com o seu apoio.

Artigo 5.º

Reconhecimento

1 - Só serão reconhecidas as tendências que hajam feito eleger com o seu apoio pelo menos 5 % dos delegados ao congresso da ATE.

2 - Os trabalhadores podem agrupar-se nos locais de trabalho, para fins eleitorais, em tendências.

Artigo 6.º

Representatividade

1 - A representatividade das tendências é a que resulta da sua expressão eleitoral em congresso.

2 - Para efeito do disposto no número anterior, o voto de cada trabalhador é livre, não estando sujeito à disciplina da tendência que o representa.

3 - Do mesmo modo, os trabalhadores que integrem os órgãos estatutários da ATE não estão subordinados à disciplina das tendências, através de cujas listas foram eleitos, agindo com total isenção.

Artigo 7.º

Associação

Cada tendência pode associar-se com as demais para qualquer fim estatutário, no congresso ou fora dele.

Artigo 8.º

Direitos e deveres

1 - As tendências, como expressão do pluralismo sindical, devem contribuir para o reforço da unidade democrática de todos os trabalhadores.

2 - As tendências têm o direito:

- a) A ser ouvidas pelo secretariado nacional sobre as decisões mais importantes da ATE, em reuniões por este convocadas ou a solicitação dos órgãos da tendência;
- b) A exprimir as suas posições nas reuniões do congresso, conselho geral e secretariado nacional, através dos membros dos mesmos órgãos;
- c) A propor listas para as eleições aos órgãos, nos termos fixados nestes estatutos.

3 - Para realizar os fins da democracia sindical devem, nomeadamente, as tendências:

- a) Apoiar as acções determinadas pelos órgãos estatutários da ATE;
- b) Desenvolver, junto dos trabalhadores que representam, acções de formação político-sindical e de esclarecimento dos princípios do sindicalismo democrático;
- c) Impedir a instrumentalização político-partidária do sindicato;
- d) Evitar quaisquer actos que possam enfraquecer ou dividir o movimento sindical.